

OPERAÇÃO LAVA JATO

TRÊS ANOS PASSANDO O BRASIL A LIMPO

Lava Jato já trouxe mudança na relação entre público e privado

✎ **VINÍCIUS VALFRÉ**
vpereira@redgazeta.com.br

Três anos, 192 prisões e 1.317 anos em penas aplicadas depois, a Lava Jato deixa a certeza de que algo histórico está em curso no país acostumado a misturar o público e o privado sem embaraços. Para além de avanços institucionais e legais pontuais, uma conquista fundamental, na visão de especialistas, é o amplo conhecimento e a ampla publicidade da maneira como se dão relações de poder nas altas esferas. E, a partir daí, a primorosa chance de combater desmandos.

Uma ressalva importan-

ANIVERSÁRIO

2014

17 de março

Deflagrada a 1ª fase da operação, com 17 presos em sete Estados. Entre eles, Albertou Youssef.

te: a operação é uma oportunidade, e não a mudança do país em si mesma.

“Ou aproveitamos essa oportunidade para fazer uma grande mudança ou pode ser que a gente se arraste por uns 15 ou 20

O FUTURO

“Eu realmente acho que há risco de retrocesso. Fatos como aquela tentativa de anistia”

SÉRGIO MORO
JUIZ FEDERAL

anos com mais do mesmo”, alerta o professor do programa de pós-graduação em Ciência Política da UFRS, Rodrigo Stumpf Gonzalez.

O raciocínio gira em torno de respostas frus-



REPRODUÇÃO

Agentes da Polícia Federal levam malote com material apreendido em operação

CAPÍTULOS

38

fases

Total de etapas até agora. A mais recente delas, Blackout, foi deflagrada em 23 de fevereiro.

trantes a perguntas importantes: qual foi a grande reforma, compatível com as descobertas da operação, desde que a Lava Jato foi às ruas? O caixa 2 eleitoral está abolido? Por que o “pacote anticorrupção”

está parado na Câmara?

“Pablo Escobar foi preso e continua tendo tráfico de drogas. Dependemos de muitos fatores, de uma reforma institucional. O Congresso deveria mudar regras, e não vai mudar absolutamente nada. Não é a Lava Jato que tem que mudar, nem que vai mudar. Ela é um incentivo”, diz Adriano Gianturco, professor de Ciências Políticas do Ibmeq/MG.

Nem o próprio juiz Sérgio Moro é absolutamente otimista com relação ao futuro. Para ele, “realmente, há riscos de retrocesso”.

Reconheçamos: gran-

des empresas precisaram melhorar mecanismos internos para conter corrupção, a Lei Anticorrupção empresarial foi sancionada, poderosos passaram a temer a espada da Justiça como nunca, passou a ser autorizada a prisão após condenação em segunda instância e o financiamento privado de campanha foi proibido.

É muito? “A crise poderia ter sido o momento para ampla reforma. Na Itália, depois do escândalo, houve certa mudança do sistema político. No Brasil, acho que os partidos ainda não acordaram”, frisou Stumpf.

ANÁLISE

Prisões preventivas podem ser risco

✎ O primeiro grande fruto da Operação Lava Jato é a confiança fática, com dados reais, de suspeitas que tínhamos com relação à corrupção no Brasil. Tínhamos informações circunstanciais. Agora, temos uma imagem clara de como esse sistema funciona e da dimensão dele. Conhecer algo ruim de si mesmo é triste, mas necessário,

algo sem o qual não podemos caminhar. Como principal ponto negativo destaque, do ponto de vista do Direito Penal, o uso disseminado da prisão preventiva. Está sendo usada não como instrumento de proteção do processo, mas de antecipação da pena. E isso é um grande retrocesso em termos de garantias. Conseguimos o feito his-



tórico de fazer prisões preventivas durarem mais do que uma pena de prisão.

—
HELOÍSA ESTELLITA
ESPECIALISTA EM DIREITO PENAL
ECONÔMICO DA FGV DIREITO SP

ANÁLISE

É preciso fazer o diagnóstico do cenário

✎ Não creio que a operação vai mudar muita coisa. Pablo Escobar foi preso e continua tendo tráfico de drogas. A dinâmica foi a mesma. Dependemos de muitos fatores, de uma reforma institucional. O Congresso deveria mudar regras, e não vai mudar absolutamente nada. Permitto-me dizer que tenho a certeza disso. Não é a

Lava Jato que tem que mudar, nem que vai mudar. Mas temos coisas positivas. Finalmente, essa geração de crianças e adolescentes pode entender como funciona a política. Só sendo muito burro ou idealista para não entender. A política é exatamente isso que estão vendo. E sem entender o que de fato é a política não dá pra mu-



dar. Primeiro, tem que fazer o diagnóstico correto para depois descobrir o remédio.

—
ADRIANO GIANTURCO
PROFESSOR DE CIÊNCIAS
POLÍTICAS DO IBMEQ/MG



A OPERAÇÃO EM NÚMEROS

1.434 PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

730 BUSCAS E APREENSÕES

202 CONDUÇÕES COERCITIVAS

101 TEMPORÁRIAS

91 PREVENTIVAS

6 EM FLAGRANTE

131 pedidos de cooperação internacional

sendo 103 pedidos ativos para 31 países e 28 pedidos passivos com 15 países

78 acordos de colaboração premiada

57 acusações criminais contra **260** pessoas

Já houve sentença em 25 por crimes de corrupção, contra o sistema financeiro internacional, tráfico transnacional de drogas, formação de organização criminosa, lavagem de ativos, entre outros

9 acordos de leniência

7 acusações de improbidade administrativa

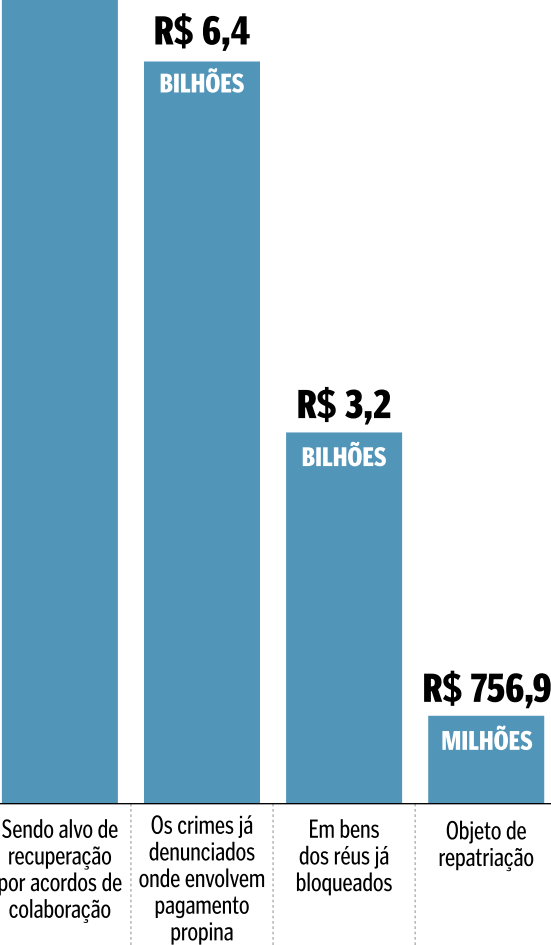
contra 38 pessoas físicas e 16 empresas pedindo o pagamento de R\$ 12,5 bilhões

1 termo de ajustamento de conduta

R\$ 10,1 BILHÕES

TOTAL DO RESSARCIMENTO PEDIDO, INCLUINDO MULTAS

R\$ 38,1 BILHÕES



125 CONDENAÇÕES QUE SOMAM **1.317** ANOS E 21 DIAS DE PENA

Ruína geral da classe política oferece riscos

De petistas a tucanos, rol de investigados torna futuro eleitoral do país uma interrogação

VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

A opinião pública anseia conhecer o que disseram os grandes delatores da Lava Jato, quem recebeu dinheiro sujo, como e para quê. Os principais líderes políticos do país, de todas as cores partidárias, estão na berlinda e analistas se mostram preocupados com o que poderá florescer no cenário de terra arrasada na política de representação.

Um risco seria o ambiente fértil para que alguém se projete com um discurso fácil, pouco responsável e desconectado da realidade fiscal. Um populista com discurso simplesmente moral.

Outro seria o de o novo líder nacional não ter condições e forças suficientes para reunir uma base aliada em torno de princípios republicanos.

O cientista político Paulo



Ex-ministro José Dirceu (PT) é um dos condenados

Baía, da UnB, não acredita que o elevado número de lideranças implicadas nas investigações dilua os prejuízos políticos e eleitorais deles. Ao contrário, aprofundará o descrédito da classe.

“Temos um esfacelamento da estrutura partidária. A população está descontente, mas altamente politizada. Nunca se discutiu tanta política. Tudo isso faz com que a população tenha expectativas num ‘líder salvador’, que já começa a surgir”, comentou.

Professor da UFRS, Rodrigo Stumpf Gonzalez diz que a escassez de refor-

mas piora ainda mais o quadro. “Pode surgir um populista, mas também alguém cuja imagem projetada não garante liderança. O Congresso já é fragmentado. Podemos ter 15 ou 20 partidos dividindo a representação e um presidente que não se relaciona bem com eles”, diz.

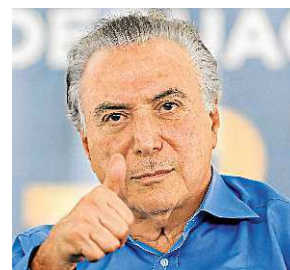
“Gera-se um tipo de fanatismo, de amor e ódio. O populismo vai do extremismo da esquerda à direita”, complementa Adriano Gianturco, do Ibmecc.

CONTINUA pág. 30

CACIQUES ENCALACRADOS



LULA
▼ Réu
É réu em cinco ações. Duas da Lava Jato no Paraná, uma na Zelotes, outra na Operação Janus e mais uma na Lava Jato, em Brasília. Em uma delas, é considerado responsável por comandar “uma sofisticada estrutura ilícita para captação de apoio parlamentar, assentada na distribuição de cargos públicos”.



MICHEL TEMER
▼ Ameaçado
Aparece em delações junto a outros do PMDB. Uma delas aponta que pediu R\$ 1,5 milhão ilegalmente para a campanha de Gabriel Chalita, em São Paulo. A Procuradoria-Geral da República tem indícios de que ele recebeu R\$ 5 milhões do dono da OAS, Leo Pinheiro, um dos empreiteiros condenados no petrolão.



AÉCIO NEVES
▼ Em risco
Seria o “mineirinho” na planilha da Odebrecht. O dono do apelido recebeu R\$ 15 milhões em propinas, em 2014. Um delator da Odebrecht na Lava Jato disse ao TSE que repassou, na campanha presidencial de 2014, R\$ 9 milhões a pedido do senador, via caixa 2, para PSDB, PP e para o marqueteiro do tucano.

Os números são atualizados até 23 de fevereiro de 2017 e dizem respeito aos casos da 13ª Vara Federal, em Curitiba, comandada pelo juiz Sérgio Moro. Assim, não incluem a atuação do Supremo Tribunal Federal na Lava Jato

OPERAÇÃO LAVA JATO



Érica Gorga

“Lava Jato deveria proteger também o dinheiro privado”

Professora de **Direito do Mercado de Capitais** alerta para necessária distinção entre público e privado e para prejuízos de acionistas da Petrobras

▄ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

A advogada Érica Gorga, professora de Direito do Mercado de Capitais da FGV-SP e perita na ação coletiva movida nos Estados Unidos por investidores que buscam indenizações por prejuízos com a Petrobras, é taxativa: a Lava Jato erra ao desconsiderar a proteção ao dinheiro privado. Confira a seguir seus argumentos:

Asenhora diz que o dinheiro privado está sem proteção na Lava Jato. Qual é exatamente o problema?

Crimes que atentam contra a poupança privada estão previstos em lei e as investigações não têm os incluído. Esse é um ponto importante para a proteção do sistema financeiro. No site do MPF com informações sobre a operação falam que verificaram crimes contra o sistema financeiro internacional. Mas contra o nacional, que tem leis próprias, não. Isso dá mostra de incompletude da operação.

É fácil entender o prejuízo causado por malversação em obras públicas, quando o dinheiro público é gasto ilegalmente.



Como se dá o prejuízo ao capital privado?

Em primeiro lugar, é estranho falar em obras públicas. Se foram contratadas pela Petrobras, não é propriamente pública. Tem capital do Estado, mas também tem do investidor privado. Se houve corrupção com dinheiro da Petrobras e ele foi recuperado, parte deve ser dos acionistas.

E está havendo ressarcimen-

mentos deles?

Até o momento, não. Primeiro, tem que devolver para a companhia e depois tem que haver uma ação de indenização para os investidores. O próprio MPF teria que propor. Ainda não o fez. A lei prevê que o investidor pode criar uma associação civil e, com um ano de existência dela, ele consegue mover a ação. É uma dificuldade jurídica, é um sistema bastante complicado.

No sistema americano não precisa disso. O sistema brasileiro protege pouco o investidor privado.

Isso prejudica a economia, a seu ver?

Muito. Há grande comprometimento do mercado de financiamento interno. Há insegurança jurídica. Com isso, é difícil atrair investidores estrangeiros. Parece que estamos repetindo erros do passado.

Os prejuízos que aponta são para acionistas de todos os tamanhos?

A Previ perdeu milhões e ela, em última instância, é fundo de pensionistas do Banco do Brasil. Foi afetado um monte de gente que precisa se aposentar. O FGTS, lá atrás, permitiu que pessoas usassem o Fundo para comprar ações da Petrobras. Quantos milhões de brasileiros foram prejudicados com tudo isso? O investidor investiu com base em informações falsas da companhia. Ela não divulgava que fazia investimentos com propina, que fazia caixa 2 para campanhas, que tinha obras superfaturadas.

E esses não são os riscos do mercado de ações...

Isso não é risco. É ilícito. O mercado de ações não é para correr o risco de ser roubado. É para correr o risco do mercado.

Tem alguma teoria sobre o porquê da Lava Jato não considerar o capital privado?

O que tenho é a análise histórica do Brasil. Desde que é colônia confundem-se patrimônio público e privado. As vezes, uma obra que não é pública é

“

Se obras foram contratadas pela Petrobras, elas não são propriamente públicas. A empresa é de capital misto. Sendo assim, parte do dinheiro recuperado pertence aos acionistas”

considerada pública. Está na hora de aproveitar a Lava Jato, que tem o mérito de trazer questionamentos de práticas adotadas no Brasil, para deixar bem clara essa distinção do que é do Estado e o que não é. A investigação avança na defesa do patrimônio público. Deveria avançar na proteção do patrimônio privado.

Novelo capixaba prestes a ser desenrolado

▄ Mais cedo ou mais tarde, a Lava Jato terá de desenrolar novelos que encontrou no Espírito Santo, o que pode resultar na identificação de corruptos capixabas. O Estado é um dos sete onde há previsão de desdobramentos ao longo de 2017.

Curiosamente, reforçam a equipe da Polícia Federal no Estado, os delegados Lucia-

no Flores de Lima, responsável pela condução coercitiva do Lula na Lava Jato, e Márcio Anselmo, responsável por iniciar a operação.

Cartel, superfaturamento e propinas na sede da Petrobras são só alguns dos fatos que precisam ser esclarecidos pela investigação.

No ano passado, o delator Fernando de Moura,

considerado amigo de José Dirceu, disse em depoimento que distribuiu dinheiro ilegal, em 2004, para campanhas em Vitória, Cariacica, Rio de Janeiro e Fortaleza. A força-tarefa ainda não apontou quem foram os destinatários dos recursos.

Também existe expectativa em torno do inqué-

rito aberto pela Polícia Federal para apurar o motivo de “Cesan” ter aparecido em lista relacionada a pagamentos ilícitos feito pelo departamento de propina da Odebrecht.

Na 35ª etapa da Lava Jato, em 26 de agosto, a polícia chegou a cumprir um mandado de condução coercitiva em Vitória.



Sede da Petrobras em Vitória: obra sob suspeita

OPERAÇÃO LAVA JATO



ESQUEMA DA ODEBRECHT

Padilha tinha quatro senhas para caixa dois

Segundo delator, ministro acertava entrega de dinheiro que ia para o PMDB

BRASÍLIA

▄ O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, recebeu da Odebrecht pelo menos quatro senhas para o pagamento de caixa 2 ao PMDB, segundo informou o ex-executivo José de Carvalho Filho em depoimento prestado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As senhas eram as seguintes: Foguete, Árvore, Morango e Pinguim.

Carvalho afirmou ao TSE que Padilha intermediou o pagamento de caixa 2 para o PMDB. O valor total destinado ao PMDB chegou a R\$ 10 milhões, dos quais R\$ 500 mil teriam sido para o então deputado federal Eduardo

Cunha (PMDB-RJ). Do montante, R\$ 4 milhões teriam sido negociados diretamente por Padilha.

O delator afirmou que os integrantes da Odebrecht procuraram Padilha depois de terem sido cobrados pelo ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha sobre o atraso no envio do dinheiro. Segundo advogados que acompanharam o depoimento, Padilha disse que iria conversar com Cu-

nha para saber a respeito.

Segundo apurou a reportagem, José de Carvalho Filho procurou o peemedebista para solicitar os endereços onde seriam entregues as quantias. Padilha teria fornecido os endereços repassados para a ex-secretária Maria Lúcia Tavares, que atuava no setor de propina da Odebrecht. Era Maria Lúcia a responsável por criar senhas que seriam entregues a Padilha.

A DIVISÃO

Os repasses da Odebrecht ao PMDB teriam ocorrido nas seguintes datas: 13/08/2014 (R\$ 1,5 milhão, senha: foguete); 02/09/2014 (R\$ 1 milhão, senha: árvore); 04/09/2014 (R\$ 1 milhão, senha: morango), 10/09/2014 (R\$ 1 milhão,

REPASSES

R\$ 5 milhões

É o total de caixa dois que teria sido destinado ao PMDB pela Odebrecht.



MARCELO CAMARGO/ABR

Eliseu Padilha, ministro da Casa Civil, não quis se pronunciar sobre acusações

Acareação não pôde ser gravada

▄ Para evitar vazamentos, a audiência com o ex-presidente da Odebrecht Marcelo Odebrecht, no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), em Curitiba, não foi gravada, nem filmada. A

preocupação se deve ao vazamento do conteúdo do depoimento de Odebrecht na semana passada. Na ocasião, Odebrecht disse que 80% das doações da campanha de 2014 seriam caixa dois.

senha: agenda); 30/09/2014 (R\$ 500 mil, senha: pinguim). A somatória desses valores chega a R\$ 5 milhões. O delator não

soube explicar porque a quantia é superior aos R\$ 4 milhões que haviam sido acordados.

De acordo com José de

Carvalho Filho, um dos locais indicados por Padilha foi o escritório de José Yunes, amigo e ex-assessor de Temer. Esse pagamento teria sido realizado no dia 4 de setembro de 2014.

OUTRO LADO

Procurado, o ministro Eliseu Padilha informou que está em repouso por recomendação médica e não se manifestaria sem ter conhecimento do conteúdo. A Odebrecht respondeu que está colaborando com as investigações. (Com agências)



TSE

Ministro Herman Benjamin é o relator do processo

TSE usará dados da Odebrecht em julgamento

▄ Dados do computador que armazenava informações sobre o setor da propina na Odebrecht vão ser usados no processo que investiga a chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As informações, aguardadas pelos investigadores e em poder da Polícia Federal, estão prestes a ser

juntadas ao processo, e podem trazer novos indícios sobre doações declaradas ou em caixa 2 para a chapa que venceu as eleições em 2014.

Os advogados dos partidos dizem que as novas planilhas serão fundamentais para esclarecer os valores dos repasses em 2014. O problema, segun-

do eles, é que os dados fornecidos pela Odebrecht nos depoimentos vão até março de 2014, e o detalhamento de todo o ano eleitoral está no computador da empresa.

“Ficou visto que ninguém tem os números. A última planilha existente é de março de 2014. Falta a planilha da Suíça”, disse um

dos advogados que acompanhou as acareações na última sexta-feira entre ex-dirigentes da Odebrecht.

O relator do caso da chapa Dilma-Temer no TSE, ministro Herman Benjamin, disse na abertura da sessão de acareação que eles estavam ali não para confrontar versões, mas para esclarecer alguns pontos. (AG)